



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### ATA Nº 12/2014

----- Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

#### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

#### ----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foram colocadas a discussão e votação as atas n.º 10/2014 e n.º 11/2014 referentes às reuniões ordinárias de 23 de maio e 13 de junho, respetivamente. -----

----- Aprovada a ata n.º 10/2014 por unanimidade dos presentes. -----

----- Aprovada a ata n.º 11/2014 por maioria dos presentes com uma abstenção. -----

#### ----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: duzentos e trinta e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove euros e vinte e cinco cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: duzentos e trinta e seis mil, cento e vinte e dois euros e sete cêntimos. -----

#### ----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

#### ----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Iniciou por apresentar um Voto de Congratulação aos atletas Pedro Isidro e Ivo Ferreira, que leu (anexo 1). -----

#### ----- ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- VOTO DE PESAR APROVADO EM SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO A EUGÉNIA LIMA -----

----- ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR - PROJETO IF - INTELIGENT FLOW DISTINGUIDO NO CONCURSO EMPREESCOLA -----

----- PROJETO LEI DO PCP: RECUSA A PRIVATIZAÇÃO DA EMPRESA GERAL DE FOMENTO (EGF) E REVOGA O DL 45-2014, DE 20 DE MARÇO -----

----- RELATÓRIO TASQUINHAS 2014 -----

----- COMUNICADO DA ANMP – MANIFESTAÇÃO DE OPOSIÇÃO À DECISÃO DO GOVERNO DE ENCERRAR 311 ESCOLAS DO 1º CICLO -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Congratulou-se com os resultados obtidos pelos atletas do desporto adaptado chamando à atenção que o desporto adaptado tem sido o “parente pobre” do desporto nacional. Afirmou que o desporto deve ser visto como uma forma inclusiva da sociedade e que de há já uns anos a esta parte o que se tem assistido e constatado é a desvalorização permanente, por parte das políticas do desporto, para as pessoas com grau de deficiência, que, a seu ver, ainda é de relevar mais porque sem condições conseguem obter estes resultados. Disse ainda que era também uma oportunidade para incluir no plano estratégico, no eixo do desporto, ter como visão global a valorização e até uma nova centralidade nacional para o desporto adaptado, não só do ponto de vista dos acontecimentos mas também da promoção. Destacou ainda o trabalho incessante e incansável do treinador destes atletas. -----

----- Relacionado com os assuntos para conhecimento fez referência a que está a discussão na Assembleia da República uma proposta do PCP contra a privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF) e das águas e considerou que esta será uma luta difícil contra os interesses mas que valerá a pena porque o direito à água não pode estar nas mãos de privados como bem público que é. -----

----- Quanto ao relatório das Tasquinhas 2014 referiu que este é o maior acontecimento do concelho de Rio Maior e acrescentou que gostaria que o exemplo das Tasquinhas tivesse reflexo na feira de setembro, transformando-a num evento à medida de Rio Maior e que o ensinamento a retirar deste relatório é que quando se está ligado às coletividades, ao movimento associativo, às empresas e às populações o sucesso é garantido. -----

----- Por último manifestou a sua profunda preocupação relativamente ao encerramento de mais escolas, que perfaz já um total de seis mil e quinhentas e

muitas delas sem o acordo das autarquias, aumentando as assimetrias entre zonas dos país e fazendo com que o mundo rural esteja a regredir. -----

----- Agradeceu ainda a disponibilidade que a autarquia e o executivo têm tido na disponibilização de todas estas informações que são presentes para conhecimento e que contribuem para a informação e esclarecimento das matérias. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente às Tasquinhas disse que este ano houve um ligeiro aumento do investimento num total de setenta e um mil euros, e que mesmo com esse aumento verificou-se um resultado positivo de aproximadamente oito mil euros, evidenciando a sustentabilidade das mesmas. -----

----- Disse ainda que no que respeita ao prémio ganho na Nersant pelos alunos da Escola Profissional de Rio Maior referiu que este se incluiu num total de cinquenta e sete projetos e que foi considerado como a ideia mais inovadora em termos de poupança de água. Acrescentou ainda que os alunos da Escola Profissional têm ganho diversos prémios nacionais e internacionais de empreendedorismo e inovação nos últimos anos. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Relativamente às Tasquinhas referiu que este certame é resultado de do empenho de todos e que a Câmara Municipal organiza e coordena mas que as Tasquinhas são feitas pelo movimento associativo, pelas Freguesias e pela população do concelho e que todos ganham quando se envolvem de uma forma articulada e correta para receber o elevado número de visitantes deste certame. -----

----- Colocado a votação, o Voto de Congratulação foi **aprovado por unanimidade** dos presentes. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por dizer que em relação ao gabinete da oposição não houve quaisquer alterações. -----

----- Relativamente à saúde disse estarmos a viver situações muito complicadas do ponto de vista legislativo e do ponto de vista da prestação de serviços e que é preocupante verificar que no distrito de Santarém estão mais de noventa mil utentes sem médico de família, o que significa uma inconstitucionalidade material relativamente aos serviços de saúde. Disse ainda que o movimento de utentes, juntamente com outras forças políticas, porque a saúde não é uma questão partidária, tenha vindo manifestar-se contra estas políticas e particularmente contra a portaria n.º

82. Deixou, para subscrição pela Câmara Municipal, um manifesto em defesa do serviço nacional de saúde e para a revogação da dita portaria. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que a petição em causa já foi assinada pela Presidente de Câmara de Rio Maior em sede de reunião do Conselho Intermunicipal da CIMLT. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Solicitou que lhe fosse fornecida essa informação e prestado esse esclarecimento formal. -----

----- Referindo ao Sal e Templários disse que a qualidade do evento foi elevada mas as expectativas quanto ao número de visitantes foi defraudada, salientando que se trata de um investimento na centralidade que são as Marinhas do Sal e sugeriu que este evento envolva as escolas, dentro do possível, para garantir um número de participantes logo à partida, assim como das coletividades. Solicitou ainda esclarecimentos acerca da despesa que o erário público teve com este evento. -----

----- Por último solicitou ainda esclarecimentos acerca da publicação de uma reportagem que se referia ao condomínio do cidadão e do que se trata objetivamente. Referiu ainda que na mesma reportagem se fala num projeto piloto para os condomínios do cidadão com abertura no dia 30 de junho, que irá servir cerca de vinte e duas mil pessoas, que houve um investimento da Câmara Municipal de Rio Maior de setecentos e trinta mil euros, que a utilização média esperada é entre duzentas a duzentas e cinquenta pessoas por dia, que vão estar alocados quarenta trabalhadores e que área bruta são trezentos e oitenta metros quadrados. Considerou que há a necessidade de uma clarificação sobre essa questão visto que uma coisa são as lojas do cidadão e outra são os condomínios do Estado e gostaria que lhe fosse informado concretamente quais os serviços que irão estar na loja do cidadão, se esta é um espaço da Câmara alugado a outras instituições com o objetivo de dinamizar a zona e quais são as vantagens objetivas deste procedimento, porque o que se está a ver é que esta é mais uma maneira do estado passar a sua responsabilidade para a autarquia já que a gestão do espaço será desta. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dar uma nota positiva sobre os desenvolvimentos da política estratégica de incentivo à prática desportiva no município com o recente protocolo com o INATEL e a visita, uma perspetiva de internacionalização, ao complexo desportivo e à Escola Superior de Desporto do Ministro do Desporto argelino. -----

----- Acerca da loja do cidadão recordou que tiveram a oportunidade de votar a sua

deslocalização e o negócio de aquisição dos imóveis, no qual votou contra por lhe parecer que uma entidade pública não deve adquirir imóveis acima do valor que os peritos indicam, mas que independentemente dessa posição afirmou que este espaço deve merecer da parte de todos a maior das atenções porque é um investimento público e porque tem como objetivo dinamizar a zona histórica da cidade e disse esperar que os serviços públicos que vão ser instalados na loja do cidadão possam responder de forma satisfatória às necessidades das populações, que os utentes de serviços públicos se possam rever na localização da mesma, que possa facilitar a vida das pessoas e ainda dinamizar a zona onde se localiza, já que foi com esse intuito que a loja do cidadão foi deslocalizada da sua localização original na Avenida Paulo VI. Reforçou ainda que independentemente ter votado contra o negócio imobiliário não é contra a loja do cidadão nem à sua localização e disse esperar que a loja possa responder à necessidade do nosso concelho e da cidade. -----

----- Quanto ao evento Sal e Templários disse que se deve pensar muito seriamente nos eventos realizados quando existe investimento e os impactos que se quer obter com os mesmos. Acrescentou que numa análise comparada, e tendo em conta que de acordo com a informação disponibilizada o evento das Tasquinhas teve um investimento de setenta e um mil euros, o evento Sal e Templários, ao que parece e em função do investimento realizado, teve um resultado abaixo da expectativa e dos objetivos traçados, devendo ser avaliado aquilo que falhou e o que pode ser melhorado no futuro. Considerou que há uma reflexão a fazer sobre o que se quer deste evento, sobre o investimento realizado, o que se quer atingir, qual o público-alvo, que imagem é que se quer projectar e quais os meios de comunicação que queremos atrair. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à Associação para o Desenvolvimento Urbano de Rio Maior (ADURM) e à sua extinção e também ao facto de ter recebido recentemente, como representante da mesma, a demonstração líquida de IRS o que demonstra que existem ainda procedimentos em falta para o efeito e como tal solicita a sua execução disponibilizando-se para tudo aquilo que for necessário. -----

----- Referindo-se à loja do cidadão disse que esta é consequência de um protocolo assinado com a Agência da Modernização Administrativa (AMA) e vem no seguimento da contratualização das contrapartidas a OTA. Referiu que se trata de um processo que deveria ter arrancado em 2009 de acordo com os cronogramas originais e que

seria implementado num outro espaço, arrendado. Afirmou que, com toda a legitimidade, a maioria entendeu criar instalações próprias e localizá-la num outro espaço o que levou à demora que se verificou de mais quatro anos. Salientou que aquilo que é a sua preocupação é que não seja desvirtuado o espírito inicial da loja do cidadão que era a alojar uma série de entidades mas que tinham inerente uma missão de facilitar o munícipe, com maior acessibilidade e melhores condições para o munícipe, e não uma missão de reforma administrativa do Estado. Disse que muito se especula hoje sobre essa questão e que aquilo que gostaria era de ouvir da Presidente Câmara se estas preocupações têm efectivamente fundamento e concretamente que função é que a loja do cidadão irá ter. -----

----- Relativamente à questão da privatização da EGF e à intenção do Governo reafectar ao sector privado investimento público, dos municípios, com a consequente alteração do sentido de missão que tem actualmente aquela empresa, sugeriu que fosse aproveitada a sessão ordinária da Assembleia Municipal de junho para mais uma vez se tomar uma posição, tal como se tomou já na Câmara Municipal, referente a esta posição contra a intenção de privatizar a EGF. Manifestou ainda o seu agrado por saber que a Presidente da Câmara subscreveu a petição sobre o Serviço Nacional de Saúde em sede das associações que representam os municípios, como foi sempre a sua opinião, e sugeriu que tanto a Câmara Municipal como a Assembleia Municipal pudessem tomar conhecimento formal dessa petição. -----

----- Quanto ao sucesso da Escola Profissional de Rio Maior disse ser mérito de todos aqueles que nela trabalham e estudam e mostrou a sua preocupação no risco que este tipo de ensino corre por não se conseguir concretizar aquilo que foi a sua base e não existir, na sua essência, uma verdadeira ligação entre o ensino e as empresas. Referiu que também o alargamento das áreas de atuação deste tipo de ensino veio criar situações em que o ensino profissional é imposto e não corresponde aos desejos das próprias comunidades, aos interesses do tecido empresarial e de resposta a atividades económicas. Afirmou que todos devem estar atentos a esta situação e que o incentivo que estes prémios representam sirva para aguçar o engenho na procura de novas soluções para o ensino profissional que tão importante é para o desenvolvimento do concelho de Rio Maior e do país em geral. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu-se à proposta de circulação de trânsito na zona antiga da cidade dizendo que existem algumas alterações como a circulação na Rua Serpa Pinto e a ligação com a Rua David Manuel da Fonseca. Continuou por dizer que esta proposta já foi

implementada e será aprovada em sede de Comissão de Trânsito logo que a sua constituição seja aprovada o que se espera que aconteça na próxima reunião do órgão executivo. Informou ainda que esta proposta já tinha sido aprovada pela anterior Comissão de Trânsito e nunca foi implementada. -----

----- Deu ainda conhecimento que desde o dia 21 de junho os parques cobertos estarão abertos ao sábado até às 14 horas. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Acerca do evento Sal e Templários esclareceu que este é fruto de um protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Rio Maior e a Entidade Regional do Turismo de Alentejo e Ribatejo, que foi aprovado em reunião de Câmara participou com 15% do valor global. Relativamente ao mesmo não ter atingido as expectativas criadas afirmou que, em seu entender, se deveu ao facto de ter sido agendado com mais de um ano de antecedência e ainda à realização de cerca de mais catorze eventos num raio de vinte quilómetros, o que contribuiu, junto com as condições atmosféricas, para a menor afluência de público. Considerou que não obstante a menor adesão de público pelas mais diversas razões este evento se deve manter e ser estudada a possibilidade de alteração de alguns aspectos, entre os quais a data da sua realização. -----

----- Relativamente à loja do cidadão disse que a aposta do anterior executivo quando optou pela aquisição dos prédios onde foi implantado o edifício foi no sentido de criar um património do município em vez de pagar uma renda que somada ao fim de quinze anos iria perfazer o mesmo valor que foi gasto na aquisição dos prédios em causa. ----

----- Por último fez referência a uma nota do PS Rio Maior comparando a reparação de uma estrada de Tóquio com as reparações de estradas no concelho dizendo que enquanto a primeira foi reparada em seis dias, em Rio Maior as reparações demoram meses já para não falar nos valores gastos em estudos prévios, lamentando que pessoas com responsabilidade política no concelho não tenham o bom senso relativamente aquilo que é preciso fazer para uma obra ser realizada e as obras de recuperação realizadas. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- No que respeita à saúde lembrou que tomou já posição, no que respeita a esta matéria, ao nosso concelho e à região, no âmbito da atuação da Comunidade Intermunicipal de Lezíria do Tejo (CIMLT) e que é entendimento de todos que esta posição tomada conjuntamente poderá chegar muito mais longe do que se for tomada de forma isolada. Informou que a petição fará chegar cópia da petição assinada para conhecimento de todos. -----

----- De seguida, em relação à loja do cidadão, disse que era importante não se confundir a Loja do Cidadão de Rio Maior com a reforma do Estado. Esclareceu alguns aspectos acerca da construção do edifício, do seu financiamento pelo QREN e que o esforço financeiro da Câmara Municipal foi de setenta e cinco mil euros no que respeita à obra física do edifício. Disse ainda que os serviços que neste momento já se encontram a ser transferidos são o Instituto de Registo e Notariado (IRN), a Segurança Social e o atendimento da Câmara Municipal de Rio Maior e que os funcionários referidos são exatamente os que serão transferidos para aquele edifício das diversas entidades. Referiu ainda que existe, com toda a certeza, uma confusão relativamente à designação de condomínio do cidadão e que aquilo que a loja vai ter é um espaço de concentração de serviços e entidades públicas num só espaço e a diferença que existe é o facto de ser o município a gerir a loja pagando as entidades um valor que foi calculado para despesas de funcionamento como energia, água, limpeza, segurança, etc. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Solicitou esclarecimentos sobre o facto de no Plano de Investimentos Plurianual não vir considerada a loja do cidadão e sim referido como um edifício para espaço cultural e lúdico. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que o compromisso da Câmara era a construção do edifício onde se veio a instalar a loja do cidadão, instalação essa que é da competência da Agência de Modernização Administrativa (AMA). Acrescentou que naquele espaço, para além da loja do cidadão irá também funcionar um espaço de cultura e de música. Esclareceu também que no espaço da loja do cidadão irá também funcionar um serviço designado como espaço do cidadão, com atendedores formados para o efeito, e onde se prestarão serviços da administração central. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Informou que não irá estar presente na abertura da loja do cidadão, não porque não espere que a mesma tenha sucesso mas porque considera que esta é a maneira do Estado se desresponsabilizar das suas funções passando mais uma vez responsabilidades para a Câmara Municipal. Referiu que tem aceitado todos os convites que lhe são endereçados e que, por isso, é seu dever comunicar a este executivo que não irá estar presente por lealdade ao voto que lhe foi confiado. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Registou a posição com algum desagrado e acrescentou ainda, em relação à esta abertura, que as expectativas dos comerciantes da zona antiga da cidade é



elevada para combater a desertificação daquela zona. -----

----- De seguida transmitiu o convite que foi endereçado a todo o executivo pelo Senhor António do Coito, responsável pelo “Canto Eugénia Lima”, pelo primeiro aniversário daquele espaço. -----

----- Informou que foi realizada a reunião de avaliação no ano letivo da Universidade Sénior de Rio Maior e que as conclusões não poderiam ser melhores, dando conhecimento de alguns dados como o trabalho voluntário dos quarenta e quatro professores num total de duas mil e doze horas de aulas leccionadas, duzentos e sessenta e oito alunos e dois funcionários de apoio da câmara municipal. Considerou este um trabalho de grande importância que mantém esta população sénior ocupada, ativa e de partilha de conhecimento. Agradeceu a todos, responsáveis e colaboradores, o excelente trabalho que tem sido feito neste âmbito. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Quanto à proposta de alteração de trânsito apresentada disse não se pronunciar sobre o conteúdo técnico da mesma mas solicitou que lhe fosse esclarecido qual o suporte legal desta alteração, tendo em conta que existem documentos e estudos na Câmara municipal acerca da matéria e normas regulamentares quanto à alteração de trânsito a cumprir para salvaguarda da câmara municipal. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que a proposta tinha já sido aprovado pela anterior Comissão de Trânsito e que a alteração agora implementada é a ligação da Rua Serpa Pinto à Rua D. Afonso Henriques e a abertura da ligação da Rua Serpa Pinto com a Rua David Manuel da Fonseca, mantendo-se o restante exatamente igual. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Acrescentou que a sua dúvida é se as comissões de trânsito tenham competência para aprovar alterações de trânsito e que por aquilo que conhece do assunto estas fariam propostas que o executivo municipal aprovaria. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Disse desconhecer se a proposta foi presente à Câmara mas que se irá inteirar da situação para esclarecimento das questões colocadas. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 28/2014, DE 16 DE JUNHO – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO TRIMESTRAL AO PAEL – 1º TRIMESTRE DE 2014 – ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 28/2014, exarado pela Presidente da Câmara, no dia 16 de junho do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou remeter à Assembleia Municipal, entidade competente para monitorizar e acompanhar o PAEL, o relatório de acompanhamento trimestral elaborado nos termos do definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 12º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que se verificam as dificuldades esperadas relativamente às receitas, cada vez mais difíceis, embora o município tenha vindo a tentar encontrar formas de equilíbrio para não sobrecarregar os munícipes. Disse que tem profundas preocupações, não tanto em relação a Rio Maior, mas em relação ao que ainda está para vir para agravar mais a situação. Salientou que esta é uma das peças de um plano que se dizia de apoio à economia local, e que conjuntamente com o Fundo de Apoio Municipal que se perspectiva, beneficiam os infratores e prejudicam os que fazem bem e que acabam por ter que pagar aquilo que tantos outros fizeram mal. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO II – CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM VALE DAS FLORES, RIO MAIOR EM NOME ANA MARIA DUARTE BELO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido, desde que daí, no que respeita a loteamento e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO III - CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM ONIA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE OUTEIRO DA CORTIÇADA E ARRUDA DOS PISÕES EM NOME RAÚL ZIBAIA BACALHAU** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido, desde que daí, no que

respeita a loteamento e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IV - AMPLIAÇÃO E REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO CONCELHO – REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À VILA DA MARMELEIRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é revogar a decisão de contratar relativa ao procedimento em título, nos termos conjugados da cláusula 19.2 do Programa de Procedimento com a alínea d) do n.º 1 do artigo 79º e n.º 2 do artigo 80º, ambos do Código dos Contratos Públicos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou qual é o objetivo deste despacho de revogação da decisão. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Esclareceu que a Câmara Municipal de Rio Maior abriu concurso para a remodelação e substituição da rede de águas da Vila Marmeleira, assim como também da zona do Arco da Memória, na perspectiva de que as candidaturas ao Ciclo Urbano da Água iriam abrir, prevendo-se, inclusive, uma cláusula na abertura dos concurso que caso este não abrisse e não fossem possíveis as candidaturas, os concursos cairiam. Afirmou que efectivamente se aguardou que tal acontecesse, o que até à data não se verificou, e provavelmente só irá acontecer com o próximo quadro comunitário de apoio, razão pela qual os concursos abertos não podem ter andamento e a Câmara terá que validar a revogação de ambos. Relativamente à Vila da Marmeleira disse a alternativa é voltar-se a abrir concurso mesmo que não haja a possibilidade de candidatura ao ciclo urbano da água. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida** **subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente esta decisão, compreendo que o município não conseguiu os meios financeiros para dar continuidade ao concurso e ter necessidade de revogação, mas votei favoravelmente porque há o propósito da câmara de encontrar alternativas que validem o investimento.” -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Eu votei a favor pelas explicações que me foram dadas, nomeadamente no processo alternativo que corresponde a um compromisso eleitoral, mas mais do que isso a uma necessidade objectiva das populações.” -----

----- **PONTO V - AMPLIAÇÃO E REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO CONCELHO – REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUAS DAS ZONAS LÍMITROFES DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é revogar a decisão de contratar relativa ao procedimento em título, nos termos conjugados da cláusula 19.2 do Programa de Procedimento com a alínea d) do n.º 1 do artigo 79º e n.º 2 do artigo 80º, ambos do Código dos Contratos Públicos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou se isto significa que este concurso é suspenso. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Esclareceu que ao contrário do concurso da Vila da Marmeleira em que o Executivo se compromete a abrir concurso independentemente do apoio financeiro, neste caso a situação é menos urgente e só terá andamento com o apoio financeiro respetivo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI – EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE TROÇOS DA REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL – 4ª FASE - LOTE 1 - BENEFICIAÇÃO DA EN1, LIGAÇÃO RIO MAIOR/ASSEICEIRA” - SEGUNDA SUSPENSÃO DE OBRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é suspender os trabalhos, ao abrigo da alínea a) do artigo 297º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, pelo período de 60 dias, considerando-se este, de acordo com informação recolhida, suficiente para a conclusão do procedimento em causa. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Pediu esclarecimento acerca da situação. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Esclareceu que durante a execução da obra se deu um aluimento de terras que levou à abertura de um procedimento para resolver esse mesmo aluimento e levando à paragem da obra inicial que só poderá ser concluída após estes trabalhos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

**----- PONTO VII – SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SIADAP) – OBJETIVOS PLURIANUAIS DO MUNICÍPIO -----**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar os objectivos estratégicos plurianuais para o período de 2013/2017 que a seguir se enumeram e o Mapa Estratégico que constitui o anexo 1 à proposta: -----

- 1. PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE INCENTIVO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, SOCIAL, CULTURAL, TURÍSTICO, DESPORTIVO DE FORMA INTEGRADA PARA TODO O CONCELHO** – Fomentar um planeamento integrado mobilizando competências e recursos nas respectivas áreas e dinamizar atividades que promovam o desenvolvimento destas valências; -----
- 2. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO** – Redução de consumos energéticos e de custos administrativos; Promover o aumento da receita e assegurar o equilíbrio financeiro do município através da manutenção e implementação de medidas de rigor e controlo financeiro; -----
- 3. QUALIDADE DE SERVIÇO E IMPACTO NA SOCIEDADE** – Estender a reengenharia de processos e funções a todos os serviços municipais; Desburocratização e simplificação de serviços; -----
- 4. DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL** – Promover a formação e qualificação dos recursos humanos; potenciar a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). -----

**----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**

**----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----**

----- Iniciou por dizer que este assunto tem a ver com o Sistema Integrado de Avaliação da Administração Pública (SIADAP) que é um desiderato que tem que ser cumprido e questionou se este plano estratégico já foi aprovado para poder servir de suporte a este sistema e quando é que o foi. De seguida afirmou que, não tanto pela visão e pelas metas, lhe parece não haver, do ponto de vista conceptual, o envolvimento das pessoas e considerou que a participação deve ser um elemento decisivo. Disse ainda que não aparecem neste documento duas vertentes que, em seu entender, são potenciadoras, não só do quadro comunitário de apoio, mas também das próximas décadas, e são elas a valorização ambiental e com a economia social. No entanto, o que lhe colocou algumas questões é a representação mental e a questão política colocada com a visão que os outros têm de nós e chamou à atenção para o anexo quando se emprega a palavra clientes. Considerou que há inúmeras

teorias sobre a reforma administrativa, sobre a identidade do Estado, sobre o que é utente, sobre o que é o serviço público, sobre o que são os munícipes mas que esta perspectiva, quase que imposta, de que o Estado presta serviços a clientes induz logo, na representação política, um desvio, porque, em seu entender, não existe uma prestação de serviços a clientes, são eleitos democraticamente para numa perspectiva de Estado poderem prestar serviços. Questionou, por estas razões, quem são então estes clientes quem são e qual a duração do mandato. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Fez uma breve explicação acerca da elaboração do mapa apresentado dizendo que se encontra a decorrer na Câmara Municipal uma formação do CEFA sob o título de “Formação em Excelência e Gestão” financiada pelo POPH, direccionada para dirigentes e que englobado nesta formação foi dado o apoio na elaboração no mapa em análise. Continuou dizendo que este teve como base o plano estratégico aprovado pelo anterior executivo e que a expressão clientes é atualmente utilizada tanto pelo privado como pelo público e engloba as várias entidades a que a câmara tem que dar resposta, como sejam os munícipes, as empresas, as associações, organismos públicos e privados, e que se fosse utilizada a expressão munícipes se estaria a excluir outras entidades com quem a Câmara municipal se relaciona, acrescentando ainda que este é o termo que normalmente é aceite e é entendido como bom em termos organizacionais. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Afirmou que do ponto de vista político e do ponto de vista desta câmara o que considera é que seria importante refletir-se sobre a conotação e a denotação da palavra munícipe ou da palavra utente ou da palavra cliente, porque aquilo que se escreve nos documentos transvasa a opinião de cada um. Afirmou que os técnicos têm direito a ter opinião, e que os políticos têm o direito a ver o que está consagrado, e considerou que o que está consagrado em muitos aspectos como prática, é que na visão dos outros, as associações, os munícipes, os fregueses, as empresas, são todos utentes de serviços. Questionou novamente relativamente a não estar incluído nas metas e na visão a economia social, a valorização da participação democrática e cívica e a questão ambiental. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Esclareceu que as áreas indicadas estão englobadas nas linhas gerais que depois serão materializadas nos objetivos a traçar. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Por fim, disse que se torna necessário que estes documentos de maior reflexão não fossem entregues com tão pouca antecedência para permitir um estudo mais aprofundado e disse que gostava de deixar registado que é muito difícil em dia e meio poder fazer-se um trabalho deste tipo. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Disse que efectivamente não se trata de um quadro de fácil análise e que o mesmo requer conhecimento do plano estratégico aprovado e de toda a documentação que o sustenta. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com três abstenções. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “ A nossa abstenção tem a ver com o seguinte: independentemente de haver um documento estratégico eficaz e aprovado, esse sistema do SIADAP tem, no meu entender, como primeiro objetivo a contenção financeira e isso da contenção financeira dos limites é, no nosso entender, muitas vezes desmotivador do empenho e dedicação dos funcionários. Essencialmente por isso, o nosso sentido de abstenção.” -

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Todas as intervenções do público foram transcritas na íntegra. -----

----- **SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS – RIO MAIOR** -----

----- “ Senhora Presidente, Senhores Vereadores, funcionários, público em geral, os meus cumprimentos. Eu pedia que esta minha intervenção, se pudesse ser, ficasse gravada para mais tarde se verificar. -----

----- Senhora Presidente, a minha intervenção continua a ser dirigida em três vertentes, pública, privada e tentar que a intervenção dos vereadores seja mais assertiva, tendo neste caso, como pano de fundo, o processo oito de dois mil e dez. Respondendo à questão do Senhor Vereador Augusto Figueiredo na última reunião de Câmara pública, informo que é falso que eu tivesse aceite uma proposta de duzentos e quarenta mil euros e a seguir exigisse mais cinquenta mil. Isto não está em lado nenhum, eu nunca o disse e eu nunca o faria. A proposta que eu aceitei foi de

duzentos e cinquenta mil euros, eu não tenho problemas nenhuns em falar nos números, que depois foi negada. Quero realçar que este valor aparece na sequência de eu abdicar da execução de muros de suporte de terra que estavam no projeto da nova rua. Senhora Presidente, quanto à sua intervenção onde chamou a si a prepotência política do executivo que eu tenho vindo a denunciar onde questionou se por acaso achava que era prepotente, quero dizer o seguinte: é óbvio que a sua posição pessoal nunca foi de prepotência, mas sim o contrário e acredito, porque a conheço, se exercesse com alguma prepotência aquela que é necessário no cargo que exerce este processo e mais alguns que estão a marcar negativamente a sua presidência e a vida de muitas pessoas do nosso concelho, já estariam resolvidos. Mas vamos ao processo oito de dois mil e dez. Quero deixar um desafio a todos os vereadores para que tenham a coragem de exigir a um grupo financeiro o cumprimento da execução destas contrapartidas que são devidas ao município de Rio Maior, para que com o passar do tempo não seja apresentada nesta câmara uma proposta do respetivo grupo para levantamento da garantia bancária ou uma substituição banal, porque é o próximo passo que se avizinha neste processo e diga-se que alguém neste executivo ficaria muito contente. Senhora Presidente, pretendo que este processo seja debatido e esclarecido o mais possível porque nunca vou aceitar que o previsível fracasso seja imputado à minha pessoa. Se isso acontecer cá estarei para denunciar e comprovar, se necessário, perante instâncias superiores quem são os beneficiários, os prejudicados e os que contribuíram para o seu fracasso. Rio Maior merece saber o que são os seus vereadores, não vale a pena esconderem-se atrás de competências delegadas porque nas votações todos são chamados a decidir segundo a opinião de cada um em particular e é nesta forma de exercer funções que estes processos devem ser debatidos, com isenção, respeitando o direito que assiste a cada uma das partes envolvidas. Senhora Presidente, neste assunto, por agora é tudo. -----

----- Senhora Presidente, a minha intervenção, anotei aí que gostava de fazer um reparo sobre os números de polícia na Fonte da Bica. A atribuição de números de polícia numa localidade é sempre um bem, significa sempre organização para essa localidade. Eu não sou especialista na matéria, limito-me a ver o que ficou feito. E então verifica-se o quê? Portas sem números, números atribuídos sem portas, verifica-se ruas onde do mesmo lado existem os números seguidos, por exemplo, sete, oito, nove, dez, estou a falar do mesmo lado. Existe uma rua onde do mesmo lado tem um número ímpar e um número par. Uma das situações mais graves no meio de tudo isto,



a forma como foram colocados os números, não tecnicamente, mas o local da colocação dos números, temos números colocados ao meio das portas, temos números colocados do lado esquerdo das portas, temos números colocados do lado direito das portas, ou seja, em vez de haver uma harmonização e uma norma onde a aldeia ficasse com algum equilíbrio nesta matéria, vê-se uma desarrumação de tal forma, torna-se mais caricato a atribuição dos números do que propriamente se não existisse. Eu penso que isto podia ser reparado, não é difícil emendar a posição dos números e penso que a Fonte da Bica que merecia que realmente isto que foi implementado agora tivesse uma coerência. E era só Senhora Presidente.” -----

----- **SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA – VALE DE ÓBIDOS – RIO MAIOR** -----

----- “ Muito bom dia. A minha intervenção hoje, Senhora Presidente, vai no sentido de proferir, para que fique também gravado, dois agradecimentos, em que um será de facto um agradecimento que quero aqui deixá-lo também público porque sei que de facto este executivo na sua anterior reunião e a comunicação social fez disso, portanto, eco, aprovou aqui um voto de louvor ou de congratulação, já não posso precisar, ao União Desportiva de Rio Maior. O que eu queria hoje aqui deixar como agradecimento é o seguinte: este agradecimento em nome do União Desportiva de Rio Maior, porque foi assim que ficou em mandado da última reunião de direcção, é de que vai inteirinho para a Senhora Presidente, e vai inteirinho para a Senhora Presidente por uma razão muito óbvia. Todos nós temos muita coisa para fazer, mas de facto aquando da cerimónia que permitiu a entrega de faixas de campeão distrital da União Desportiva de Rio Maior, este mesmo clube com as imensas dificuldades fez chegar a este município e a quem de direito um convite dirigido ao executivo, ou seja, a todo o executivo, vereadores todos, a todos. Eu estou farto de ouvir aqui nesta câmara muitas coisas “nós somos um executivo” “ somos um todo” e não o executivo que tem o poder para governar, e uma coisa é certa: eu bem sei que não estamos em ato eleitoral, perdoem-me esta expressão, mas foi preciso a Senhora Presidente fazer um esforço enorme, por isso aqui o meu agradecimento, enorme, enorme, daquilo que nos foi comunicado, porque estava em serviço naturalmente, julgo que na área de Fátima, e só por volta das dezoito horas e qualquer coisa é que foi possível chegar aonde foi sacrificada, perdoe-me Senhora Presidente mas foi sacrificada, não foi intencionalmente, foi sacrificada com a exposição portanto das trinta faixas que foram ali colocadas o que de facto poderia ter sido com certeza distribuído por todos os vereadores se, enfim, tivessem mostrado essa disponibilidade. Porque de facto é nestas horas, é nestes momentos que nós sentimos o calor e o carinho de todos. Eu sei que todos temos muito que fazer, e todos fazemos muito, mas não pode só ser em

momentos extra glórias, digamos assim, que nós aparecemos. -----  
----- Uma segunda questão, e esta vai-me também perdoar e eu quero que ela fique aqui gravada por uma razão muito simples: quero agradecer na pessoa do Senhor Vice- Presidente na semana em que estive de férias, quando regressou, julgo que a uma sexta-feira, através de um contacto telefónico, mostrou toda a disponibilidade no sentido de ceder as chaves, portanto, a um elemento, neste caso o elemento da EICEL era eu em concreto, acompanhado de um funcionário no sentido de podermos, portanto, ali iniciar, ou vermos pontualmente a fórmula de fazermos, portanto, um espólio fotográfico para que o memorial de história do nosso concelho pudesse ficar digamos cada vez mais solidificado. Quero-lhe agradecer o facto de o Senhor Vice-Presidente ter tido essa disponibilidade mas quero aqui registar com um agrado, um agrado digamos muito negativo, porque eu quero dizer o seguinte: eu fui funcionário público durante trinta anos, respeitei escrupulosamente, respeitei escrupulosamente e nunca tive nenhum processo disciplinar, mesmo no antigamente, respeitei escrupulosamente aquilo que era o estatuto, aquilo que eram as directrizes emanadas, portanto, da lei e nós fomos surpreendidos negativamente por um técnico deste município de nome Carlos Pereira, que não só, não só, posso ter esquecido e eu aceito isso com toda a clareza, mas depois de estar presente deturpou tudo aquilo que se tinha dito, desde horário, já estava à algum tempo à espera, portanto, ou seja, estava lá desde as onze horas e mais e foi ofensivo para o fotógrafo portanto que graciosamente veio a Rio Maior, que já veio uma vez, já veio duas vezes, perdão, e vai vir na próxima quarta feira o Senhor Fernando Penim. Portanto é pena que haja ainda detractores, que este é que é o nome correto, e pessoas que o seu motor não engrena, portanto no desenvolvimento deste concelho e na minha modesta opinião, porque foi a análise que eu fiz e por isso mesmo me afastei desse mesmo senhor, porque podia perder a cabeça e quem ficaria mal na fotografia era eu perante a opinião pública, o comportamento dele, estava ali indicado pela Câmara Municipal, não foi o mais correto, portanto passou a momentos digamos de quase que podemos considerar ofensivos, inclusivo o próprio fotógrafo sentiu-se ofendido com as expressões por ele produzidas portanto em determinados momentos. Portanto queria que esta questão ficasse registada porque de facto as atitudes são para quem as toma. Obrigada, peço imensa desculpa mas isto é que é a realidade e reafirmo uma vez mais: eu, João Narciso Verde da Costa fiz trinta anos de função pública e nunca tive nenhum processo disciplinar. Cada um tire as conclusões que quiser.” -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- “ Eu em relação ao Senhor Nuno Lucas, de acordo com o que estiver na ata, eu atuarei em conformidade. Quanto ao facto de o João Narciso ter dito que só foi a Senhora Presidente. Eu só vou para onde sou convidado. Eu só vou para onde sou convidado. Eu não recebi, na qualidade de vereador, e isso que fique claro, eu não recebi nenhum convite e não fui único, porque tem sido uma característica com o esforço de todos nós estarmos presentes onde nos convidam. Eu não fui convidado. Disse.” -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- “ Não estive presente por desconhecimento e não me lembro de ter chegado qualquer comunicação nesse sentido, foi só por isso.” -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

-----“ Eu, na questão do União Desportiva, vou ver o que é que se passou efetivamente, sabendo que o jogo tinha sido público, saiu na comunicação social e salvo o erro a notícia saiu completa, eu também não fui convidada mas eu tive lá em Santarém, sabendo que era depois no fim-de-semana seguinte que seria a consagração do título. E quanto às palavras que eu fui massacrada, não, sacrificada, não, foi com muito orgulho e foi com muito gosto que o fiz e é essa também a minha função e a minha responsabilidade.” -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- “ Relativamente ao Senhor Nuno Lucas obviamente que não vou responder, acho que isto tem que ser um assunto, na minha opinião, devidamente analisado pelo executivo porque nós fomos eleitos. -----

----- Relativamente ao Senhor Verde da Costa, em nome do município e em meu nome pessoal, peço desculpas, as ordens que eu transmiti e a senhora presidente também falou comigo sobre a vossa ida, era que efetivamente o técnico da câmara para lá estar às onze e trinta, penso que foi a hora que nós tínhamos falado, e para levar as chaves possíveis do edifício, inclusivamente penso que lhe disse na altura que não haveria alguns acessos porque nós tivemos que colocar tijolos, blocos de cimento, por causa dos assaltos. Sinceramente lamento o que aconteceu e agradeço que na próxima quarta-feira, se possível, me contacte para ver se nós conseguimos ultrapassar isso. As minhas desculpas.” -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 27 DE JUNHO DE 2014**

Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. -----

**A PRESIDENTE DA CÂMARA:**\_\_\_\_\_

**A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS:**\_\_\_\_\_